



O Ideário Patrimonial О идеарио

*QUAL A CÔR
DOS
PATRIMÓNIOS?*



www.cta.ipt.pt

N. 14 // julho 2020 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

EDITORES

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar
Doutor José d' Encarnação, Universidade de Coimbra

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

DIVULGAÇÃO

Em Linha

DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar
Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar
Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

CONSELHO CIENTÍFICO

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora
Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova
Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal
Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem© | Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

LATINDEX folio n° 23591

ANOTADA DA ERC | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores.



Índice

EDITORIAL - SALVAGUARDA DOS PATRIMÓNIOS: SABOR AMARGO Ana Cruz	06
ALFONSUS LUSITANUS Thomas Gehring	17
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO INTERCULTURAL EM CONTEXTOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL, BRASIL Síria Emerenciana Nepomuceno Borges, Maires Souza dos Anjos	26
OS CAMINHOS PORTUGUESES A SANTIAGO DE COMPOSTELA: ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES DA ROTA PORTUGUESA Leandro Gomes	50
GOUVERNANCE TOURISTIQUE AU MAROC, DESTINATION MARRAKECH Fadwa Chbani Idrissi	75
QUEL PROCESSUS DE PATRIMONIALISATION POUR LA VALORISATION TOURISTIQUE DES ZONES DE MONTAGNE AU MAROC Wahiba Moubchir, Fatima Ez-zahra Benkhallouq	99
ELEMENTO PATRIMONIAL PRECIOSO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS ANGOLANAS: O LIVRO DIDÁTICO Teresa Almeida Patatas	119
HISTÓRIAS DO ENGENHO DO MURUTUCU: UM PATRIMÔNIO ARRUINADO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA Diogo Menezes Costa	132
PATRIMOINE ET PATRIMONIALISATION: PROCESSUS ET NOUVEL ENJEU DE VALORISATION TERRITORIALE Hicham Saddou	182
PATRIMÔNIO CULTURAL: DA IMPOSIÇÃO A INVISIBILIDADE! Marcos Canetta Rufino, Roberto Michetti Moreira	221

MEMÓRIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA CATAÇÃO DO CAFÉ NA ZONA PORTUÁRIA DE SANTOS-SP Kathelyn Kristinne Garcia da Silva	242
MUSEU, TURISMO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM ESTUDO DE CASO Eunice R. Lopes, Mónica Cardoso	256
MUSEUS E ROTAS CULTURAIS. FERRAMENTAS DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO DOS AÇORES José Luís Neto	269
O ESTADO DO LUGAR DE MEMÓRIA DE JÚLIO DE CASTILHO Vera Maria da Silva	301

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO INTERCULTURAL EM CONTEXTOS
INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL, BRASIL**

**THE INTERCULTURAL PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN INDIGENOUS
CONTEXT AT LEGAL AMAZON, BRAZIL**

Recebido a 14 de março de 2020
Revisto a 30 de abril de 2020
Aceite a 17 de maio de 2020

Síria Emerenciana Nepomuceno Borges

Núcleo de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão, NIPE-UNICENTRO-Brasil
nipe@unicentroma.edu.br

Maires Souza dos Anjos

Núcleo de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão, NIPE-UNICENTRO-Brasil
nipe@unicentroma.edu.br



Resumo

Apresenta os resultados preliminares dos projetos do Núcleo de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão (NIPE/UNICENTRO), que abordam a aproximação entre os povos indígenas, Guajajara e Canela, e as comunidades mestiças na região da Amazônia Legal (Barra do Corda e Fernando Falcão, estado do Maranhão), a partir da aplicação de uma metodologia intercultural e interdisciplinar nas áreas das humanidades. Enfoca que o conhecimento, em contextos indígenas, produzido por uma metodologia engajada de propósitos específicos-locais, funda-se na criatividade do desenvolvimento da alteridade, no hibridismo, mas também nas crises, nas tensões e nos conflitos implicados no encontro entre culturas e etnias distintas. Conclui-se que a produção desse tipo de conhecimento tem força analítica para contribuir na ampliação de competências e implementações de ações concretas na gerência da complexidade das relações interculturais e na prevenção dos conflitos daí decorrentes.

Palavras-Chave: Produção do Conhecimento, Contexto Indígena, Interculturalidade.

Interdisciplinaridade

Abstract

It presents the preliminary project results from the Initiation Scientific Center, Research and Extension (NIPE/UNICENTRO), which addresses the rapprochement between Guajajara indigenous people and Canela thou the mixed communities into the region of Amazon Legal (Barra do Corda and Fernando Falcão, Maranhão State), from the applyment of a intercultural and interdisciplinary methodology in the humanities areas. It has as focus the knowledge, in indigenous context, produced by an engaged methodology, of local-



specified purposes, rooted in creativity of otherness development, in hybridism, as thou in crisis, tension and conflicts implying in the arrangement between cultures and ethnicities distinct. Which brings the conclusion that, the production of this type of knowledge, has the analytical strength to contributes on the skills aplyment and implementation of concrete actions in management of intercultural relations complexity and conflict avoidance from that arising.

Keywords: Knowledge Production, Indigenous Context, Interculturality, Interdisciplinarity.

1. Introdução - Interculturalidade e Povos Indígenas

Apesar de um visível crescimento das pesquisas sobre a interculturalidade em contextos indígenas, ainda não é possível situá-las como objeto especial de interesse dos investigadores para as regiões da Amazônia Legal, no Estado do Maranhão, muito embora várias investigações abordem referências conceituais – identidade, memória, políticas públicas e justiça social – imprescindíveis ao entendimento da dinâmica do contato intercultural (Oliveira, 2011; Everton, 2016; Sarmiento, 2018). Em nível nacional, a tendência se inclina para o estudo intercultural interdisciplinar no campo da educação indígena (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES], 2013-2017), abrindo, assim, um vácuo de possibilidades para temas – tecnologias, materialidades, arranjos produtivos, relações socioeconômicas e afetivas, legislação e processo saúde-doença – que dialogam com várias áreas das humanidades.

A desconstrução da matriz colonial do poder implica desarmar as práticas discursivas do conceito de “raça”, historicamente acionadas, no Brasil, pela política de Estado, legislação



e literatura científica para subjugar identidades étnicas e sociais consideradas inferiores, como os indígenas, negros e mestiços (Schwarcz, 1993). Para Fleuri (2014, p. 103), as significações racistas atribuídas aos povos originários condicionam a interação intercultural entre os saberes tradicionais (inferiores) e os saberes ocidentais (superiores), sendo necessária, pois, uma ressignificação epistemológica do conhecimento, que desconstrua o pressuposto moderno colonial da “universalidade” das “ciências” e considere as complexidades e as ambivalências produzidas no encontro entre os diferentes saberes e culturas.

O enfoque central do debate intercultural para as populações indígenas é claro: refutar a lógica da colonialidade, que de acordo Walsh (2012), age a partir de quatro eixos imbricados. Pelo eixo do poder: a utilização da categoria “raça” como instrumento de classificação, controle social e desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colonial eurocentrado). Pelo eixo do saber: a Europa, como centro de produção do conhecimento legítimo, descarta a viabilidade das racionalidades epistêmicas das comunidades ancestrais. Pelo eixo do ser: a desumanização dos sujeitos, pelas características culturais, cognitivas e genéticas. Pelo eixo da natureza e da própria vida: a negação da relação ancestral entre natureza/sociedade e matéria/espírito é a condição que torna possível desconsiderar a cosmovisão dos autóctones, como sendo o contraponto das identidades civilizadas europeias.

A virada epistemológica trazida pelo conceito intercultural destruiu o índio eurocêntrico, dicotômico e agente histórico passivo, porque desclassificou a acepção de cultura convencionalmente ainda aceita nos modelos acadêmicos de descoberta e contato com outros povos: “[...] a nossa ideia corrente de cultura projeta uma paisagem antropológica de estátua de mármore, não de murta: museu clássico antes que jardim barroco [no qual] a memória e a tradição são o mármore identitário de que é feita a cultura” (Viveiros de Castro, p. 195). Ao experimentarem uma pressão maciça e violenta de aproximação cultural com outros povos, as sociedades indígenas sofreriam uma deformação, a tal ponto que “ferida de

morte [...], o máximo que se pode esperar é a emergência de um simulacro inautêntico de memória, onde a ‘etnicidade’ e a má consciência partilham espaço da cultura extinta”

(Viveiros de Castro, p. 195).

intenção da análise intercultural não é minimizar o impacto devastador (no passado e no presente) do contato, da agonia de povos inteiros causados pela violência, discriminação e perda do território tradicional (Carneiro da Cunha, 1992, p. 14). Muito pelo contrário, trata-se de uma reflexão sobre a complexidade desses flagelos: ao buscar a alteridade, a interculturalidade não ofusca as ambivalências do processo histórico indígena, como também não ignora as situações de adaptabilidade e capacidade dos povos indígenas “dar seu próprio sentido as coisas” (Sahlins, 1997, p. 62).

As mudanças ocorrem de fora para dentro das acadêmicas. Desta vez, a exigência histórica e para um conhecimento integrador, voz de todos. E a interculturalidade, com todas as suas contradições, existente antes mesmo da invenção seu próprio termo (Borges, 2014a), reposiciona os primevos homens da Amazônia Legal Maranhense na literatura científica.

2. Desenvolvimento

2.1. Caracterização da Área de Estudo: Amazônia Legal Maranhense e os Povos Canela e Guajajara

A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) delimitada no Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A região é composta por oito estados e 62 municípios do Estado do Maranhão, dentre os quais estão os municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão. Possui uma superfície aproximada de 5.217.423 km² correspondente a cerca de 61% do território brasileiro (Figura 1). Desde a criação da Amazônia Legal em 1953, a região maranhense perdeu até o ano de 2010, o equivalente a 75,01% da sua mata original (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [INPE], 2010). O desmatamento, queimadas, caça, retirada ilegal de

madeira, mineração, produção de carvão e criação de gado são alguns dos principais problemas enfrentados.

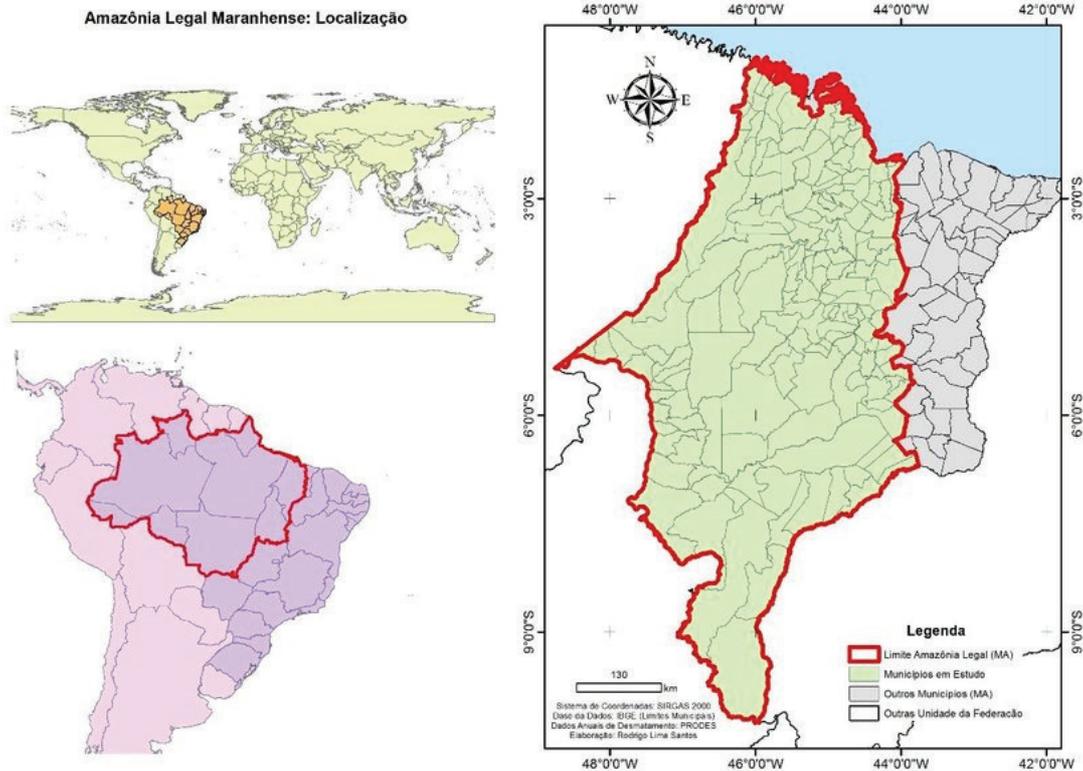


Figura 1. Mapa de localização da Amazônia Legal Maranhense. Santos, R. L. (Org.) Fonte: IBGE.

As terras indígenas (TIs) em todo o país somam 724 áreas, ocupando uma extensão total de 117.377.021 hectares (1.173.770 km²). A maior parte das TIs concentra-se na Amazônia Legal: são 424 áreas, 115.344.445 hectares, representando 23% do território amazônico e 98.25% da extensão de todas as TIs do país. O restante, 1,75%, espalha-se pelas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e estados de Mato Grosso do Sul e Goiás (Instituto Socioambiental [ISA]).

Dentre as etnias que habitam a região da Amazônia Legal, no Maranhão, estão os Guajajara e os Canela. Os Guajajara é um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil, com uma população estimada de 27.616 (ISA, 2014) e pertencem à família Tupi-Guarani. Habitam mais de 10 Terras Indígenas na margem oriental da Amazônia, situadas no

Maranhão. Os Canela é o nome pelo qual ficaram conhecidos dois grupos Timbira: os Ramkokamekrá e os Apanyekrá, com população estimada de 3.251 (ISA, 2012). Há diferenças significativas entre esses grupos vizinhos, mas ambos pertencem a família linguística Jê, no tronco Macro Jê e são pautados pelo mesmo repertório cultural.

2.2. Uma abordagem Teórica Para a Elaboração da Metodologia Intercultural Interdisciplinar

A expansão da interculturalidade nos projetos de pesquisas interdisciplinares é acompanhada pelo debate epistemológico-filosófico avesso às explicações generalizantes do conhecimento, produzidos de uma pretensa ciência universalizante; e atenta às ambivalências gestadas no encontro entre os diferentes saberes e culturas. Duas modulações de amplo aporte teórico, mas que ainda não foram capazes de atingir, de forma mais genérica, a prática de pesquisa de algumas áreas do conhecimento das humanidades, as quais, supostamente, teriam mais afinidade de conformação, se não estivessem ligadas a categorias epistemológicas-filosóficas do século XIX: ciência como verdade absoluta, amalgamada por preceituações etnocêntricas que dicotomizavam o ‘eu’ e o ‘outro’ em graus de diferenciação de qualidade cultural e étnica.

Considerando-se o estatuto transitório de verdade em ciência, construído a partir de referências históricas e culturais, num empate discursivo entre saberes e poderes, os teóricos da interculturalidade, lançaram para o campo das humanidades, com força efetiva, a construção de modelos e paradigmas engajados de propósitos relativos-locais, apropriados aos temas de cada pesquisa em específico, posto que a verdade absoluta das teorias e metodologias totalizantes já não é mais privilégio de uma única forma de se construir conhecimento com capacidade de responder a multiplicidade das interações humanas.

Segundo Santos (2001a), nunca houve tantos cientistas-filosóficos com interesse de problematizar a sua prática científica, questões que antes estavam acantonados na Sociologia



científica – como a análise das condições sociais, dos contextos culturais e dos modelos organizacionais da investigação científica – hoje, passaram a fazer parte da reflexão epistemológica de vários campos das humanidades, “possuídos pelo desejo quase desesperado de complementarmos o conhecimento das coisas com o conhecimento do conhecimento das coisas, isto é, com o conhecimentos de nós próprios” (Santos, 2001a, p. 30).

Posto que essas reflexões, associadas à interculturalidade e às populações indígenas, mesmo no campo das humanidades, encontram abrigo, com maior amplitude, nas áreas que, tradicionalmente, investigam o passado com perspectivas de compreensão e transformação da realidade presente, agregando às pesquisas uma utilidade saturada do tempo presente. Isso porque o conceito de interculturalidade se projeta para trás – dogmática da ciência – com o objetivo de um “des-pensar para pensar” (Santosb, 2010, p. 11) descolonizado e longe da tradição eurocêntrica; e para frente – desenvolvimento criativo da alteridade – com o enfrentamento das formulações baseadas em relações assimétricas e de dominação, claramente demonstradas no crescimento da xenofobia, intolerância, discriminação étnica/racial, religiosa, conflitos culturais tanto no âmbito político quanto no da vida particular, o que, segundo Dantas (2012, p. 15), “têm sido um desafio que pede urgentemente novas estratégias para que respostas desgastadas e perversas possam preventivamente ser contornadas a partir de novas concepções, ideias e políticas públicas nas várias esferas da vida humana”.

Considerando que a exposição epistemológica reposiciona as relações de poder entre os saberes constituídos por múltiplas referências culturais, os produtores do conhecimento buscam modelos e paradigmas mais próximos e adequados aos temas de pesquisa, mas isto não quer dizer que vale tudo, sem propósitos e orientações cabíveis a uma investigação científica. As ciências humanas, sobretudo, têm desenvolvido uma grande variedade de modelos próprios de investigação que servem tanto para orientar o desenvolvimento da

pesquisa, como para avaliar o rigor de seus procedimentos e a confiabilidade de suas conclusões. Esses critérios são decorrentes de um acordo entre pesquisadores, em um dado momento histórico, e não compromete sua relevância, ao contrário, representam uma salvaguarda contra o que poderíamos chamar de “narcisismo investigativo”, que julga poder prescindir de evidências e de argumentação sólida, baseando-se apenas na afirmação de que “eu vejo assim”. (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 2001, p. 110).

O Núcleo de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão (NIPE), da Faculdade do Centro Maranhense (FCMA/UNICENTRO) tinha uma problemática a enfrentar, já na sua concepção (2019): como realizar pesquisas – nas áreas da Administração, Direito, Serviço Social e Enfermagem – numa região, onde a característica principal da população é a relação histórica com os indígenas? Como referendar, no âmbito das investigações, uma característica amplamente visível nas táticas e estratégias das práticas cotidianas (Certeau, 1998)? Não marcar esse espaço seria, além de um fator de fragilidade na missão da Faculdade e na aproximação com a comunidade; um problema na própria validação e relevância dos programas de pesquisa do Núcleo, uma vez que, para todas as áreas científicas que as propostas investigativas se orientavam, lá estava a presença da forte relação entre indígenas, não indígenas e mestiços: todos imbricados no ritmo das contingências históricas.

E a resposta foi encontrada: no giro epistemológico para produção do conhecimento científico, nos aportes teóricos da interculturalidade e nas possibilidades metodológicas de aproximação com as necessidades da pesquisa na região. No geral, nada de inédito, é verdade, a proposta não se furtou de incluir experiências de outros produtores dos conhecimentos no campo das humanidades, muito embora as adaptações tenham sido imprescindíveis para responder os problemas investigativos *in loco*. Mas é possível apontar, pelo menos, dois traços excepcionais na proposta: a aplicabilidade na região e a possibilidade de transversalidade do tema indígena em todos os programas do Núcleo de Pesquisa.



A partir das indagações acima propostas para o funcionamento investigativo do Núcleo, apresenta-se quatro orientações adaptadas (Caleffi, 2012) da metodologia intercultural e interdisciplinar para a prática da pesquisa em contextos indígenas:

2.2.1. Pesquisa em Equipe: A dimensão da problemática determina a necessidade de uma pesquisa em equipe – docentes e discentes de áreas distintas do campo das humanidades e por vezes, parcerias externas. Deve-se, porém, atentar para que o resultado não seja a soma dos diferentes resultados das múltiplas partes, o que exige, da coordenação do projeto, a capacidade de articular as diferentes ações para que as partições do conhecimento não prejudiquem a problemática geral, especialmente porque a natureza da análise intercultural se realiza no fluxo e nos movimentos múltiplos dos comportamentos.

2.2.2. Pesquisa multi e interdisciplinar: No geral, a problemática de uma pesquisa no campo das humanidades, notadamente em comunidades tradicionais indígenas com comportamentos interculturais, parte de situações que envolvem múltiplas relações que exigem a composição de uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar, posto que a compartimentação do saber em disciplinas específicas, com fronteiras rígidas, não consegue responder a complexidade da problemática intercultural, que tem como pressuposto comportamentos difusos que não se isolam em situações socioeconômicas e culturais únicas.

2.2.3. Pesquisa Multimetodológica: A pesquisa multi e interdisciplinar solicita a utilização de multimetodologias. Como é óbvio, essa abordagem não parte de uma teoria única, porque as metodologias aplicadas são múltiplas, porém, deve-se advertir, novamente, para o perigo da partição esteaque do conhecimento. A interdisciplinaridade e as multimetodologias devem dialogar com o problema geral proposto na pesquisa. É fundamental que os instrumentos utilizados sejam compatíveis entre si e com a coerência interna do conhecimento produzido.

d) Diálogo com as comunidades: Não chegamos a um local específico onde o objeto de pesquisa se encontra. Chegamos a uma comunidade, onde se encontra o objeto de pesquisa.

Essa correção é fundamental para humanizar a pesquisa e fazê-la de maneira inclusiva. Os pesquisadores não devem pensar a comunidade como objeto, mas sim como uma parceira em todo o processo da investigação, desde o diagnóstico do problema, elaboração, desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Essa conduta muda a dinâmica do saber e do poder entre a produção do conhecimento acadêmico e o conhecimento tradicional – ambos importam e devem ocorrer através das categorias de escuta, diálogo e compartilhamento da responsabilidade dos resultados obtidos. Em realidade, se o pesquisador não tiver atento a esse princípio, provavelmente, os resultados da pesquisa serão prejudicados, porque as respostas não se encontram dadas, à priori, em formulações teóricas e metodológicas, sendo necessária a participação da comunidade, como agentes ativos da sua própria história. Ainda é necessário reportar a validação da pesquisa, em contexto indígena, obedecendo as exigências legais de entrada nas aldeias, termos de consentimento para questionários, entrevistas, imagens e divulgação dos trabalhos.

Os elementos acima orientam a criação e o desenvolvimento dos trabalhos de um núcleo investigativo acadêmico: determina a diretriz de como os projetos de pesquisa devem ser elaborados e executados e fixa as bases das relações acadêmicas que a instituição pretende manter com a comunidade, por isso a transversalidade, a recordar, as singularidades históricas locais. Os Povos Guajajara e Canela são os protagonistas dos projetos de pesquisa que exemplificarão a metodologia intercultural e interdisciplinar do NIPE, mas a transversalidade da proposta permite que outros contextos e etnias sejam contemplados (Figura 2).

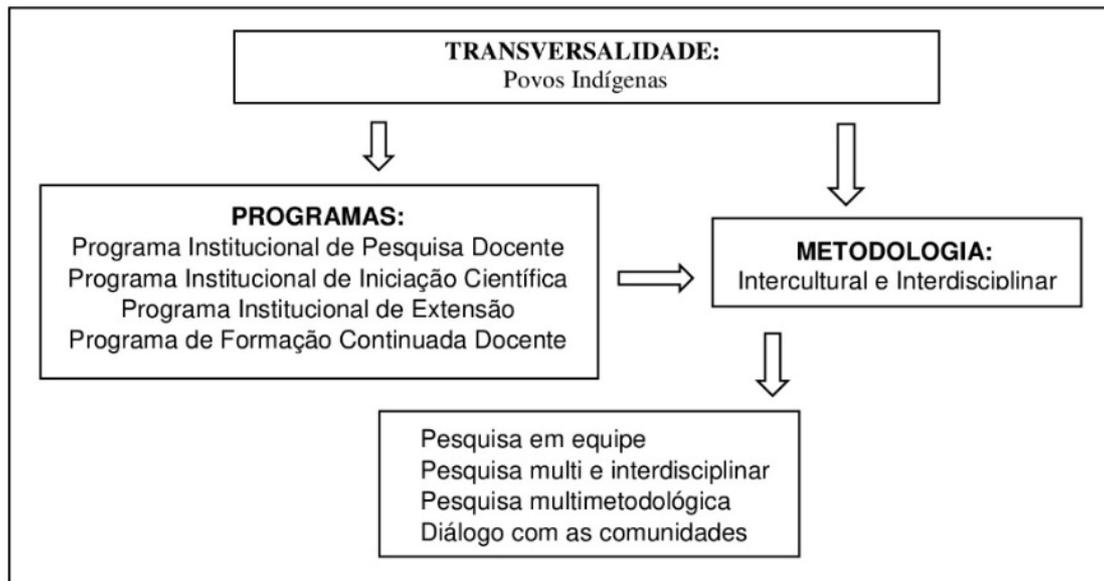


Figura 2. Modelo de pesquisa e produção de conhecimento em contextos indígenas - Núcleo de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão (NIPE). Fonte: Síria Borges, 2020.

3. Resultados Parciais

3.1. A Territorialidade e o Potencial Sociobiodiverso na Organização do Assentamento Cachimbeiro, Barra do Corda – MA

É um projeto em andamento e apresenta as quatro orientações para uma pesquisa intercultural. O objetivo é analisar o processo de territorialidade e organização sociobiodiversa do Assentamento Cachimbeiro (Vila Duas Cachoeiras), localizado no município de Barra do Corda – MA, enfocando, as seguintes variáveis: caracterização, organização do território e mecanismos sociopolíticos e jurídicos; especificidades socioculturais identitárias; e arranjos produtivos econômicos.

As multimetodologias aplicadas (Figura 3) sinalizam para um intenso contato intercultural entre os moradores do Assentamento e as Aldeias Guajajara das proximidades, já sendo possível identificar situações comportamentais ambivalentes. Na escola da Vila Duas Cachoeiras, a maioria dos alunos é indígena, porém as professoras não são capacitadas para uma educação diferenciada e bilíngue como exige a legislação educacional brasileira.

Na relação comercial, os indígenas vendem produtos agrícolas, extrativistas e serviços braçais e compram produtos alimentícios e bebidas (inclusive alcoólicas e refrigerantes).



Figura 3. Aplicação do modelo intercultural e interdisciplinar na Vila Duas Cachoeiras, no Assentamento Cachimbeiro. 1: Apresentação dialogada do projeto; 2 e 4: Aplicação do questionário socioeconômico; 3: Aplicação do teste microbiológico da água consumida.

Fonte: NIPE. Fotos: Síria Borges, 2019.

Como os moradores do Assentamento enfrentam um problema com a qualidade da água consumida, já detectada, em parte, por testes microbiológicos, os indígenas da Aldeia Sardinha permitem que aos moradores usem seus poços de água, supostamente potável. Do ponto das relações afetivas, há ainda outros indícios de uma boa relação de vizinhança: andam tranquilamente pela Vila e têm preferência por certos locais, como os comércios e as áreas de banho das cachoeiras e riachos (Figura 4).



Figura 4. Um grupo de indígenas Guajajara caminhando pela Vila Duas Cachoeiras. Fonte: NIPE. Foto: Síria Borges, 2019.

Pela rápida citação dos exemplos percebe-se que são vários os fatores em que o comportamento intercultural pode ser analisado de maneira interdisciplinar e multimetodológica.

3.2. Literatura Cinzenta Cordina

É uma pesquisa em equipe e interdisciplinar para a análise da produção historiográfica de autores do final do século XIX e início do século XX que abordaram, sob vários aspectos, a formação socioeconômica e cultural do município de Barra do Corda e região de Fernando Falcão (que ainda não existia como município independente). A interculturalidade indígena é analisada pelo viés histórico e ressalta as situações assimétricas do encontro, marcadas pela violência, conflitos, evangelização e subjugação, mas também pelas estratégias e táticas da construção híbrida do processo de formação de mestiçagem da região. Sob o enfoque da

justiça social, saúde-doença, assistencialismo e patrimônio cultural são acionadas categorias discursivas que retratam as ambivalências da relação intercultural entre indígenas, não indígenas e mestiços.

Um ponto histórico ressaltado na pesquisa é a relação intercultural entre os indígenas Canela e Guajajara sob o evento conhecido como Conflito da Alto Alegre, de 1901, no qual centenas de indígenas Guajajara foram assassinados. Ao reconhecer a complexidade comportamental dos indígenas no Maranhão, perante o contato colonizador, pode-se incluí-la nas características que distinguem as sociedades de estruturas performativas e as estruturas prescritivas de Sahlins (1994), para analisar as difusas decisões que cercam essa história de particularidades interculturais: um cacique Guajajara, com patente de Capitão, lidera uma revolta contra o sistema econômico-religioso colonizador (Figura 5) e encontra, dentro os grupos armados repressores da revolta, indígenas Canela.

3.3. Memórias do Preconceito: Guajajara Urbanos e a Ausência da Aplicabilidade das Leis Contra o Racismo

A pesquisa, desenvolvida dentro do Seminário “Direitos Humanos do Grupos Vulneráveis em Barra do Corda-MA”, se encontra finalizada, com exceção dos trâmites legais para a divulgação das imagens – prevista nas orientações sobre o diálogo com as comunidades –, já que os resultados foram compilados em uma produção audiovisual.

As ambivalências dos comportamentos interculturais são expostas a partir da família Pompeu Guajajara, pioneira na experiência de vida urbana em Barra do Corda.

Vejam os: indígenas com o ensino superior, emprego em empresas públicas e privadas, relações afetivas conjugais e amigáveis; adoção de religiões cristãs, mas também indígenas que sofreram discriminação, racismo e exposição à pobreza, que levaram, conseqüentemente, alguns familiares a retornarem definitivamente às aldeias.

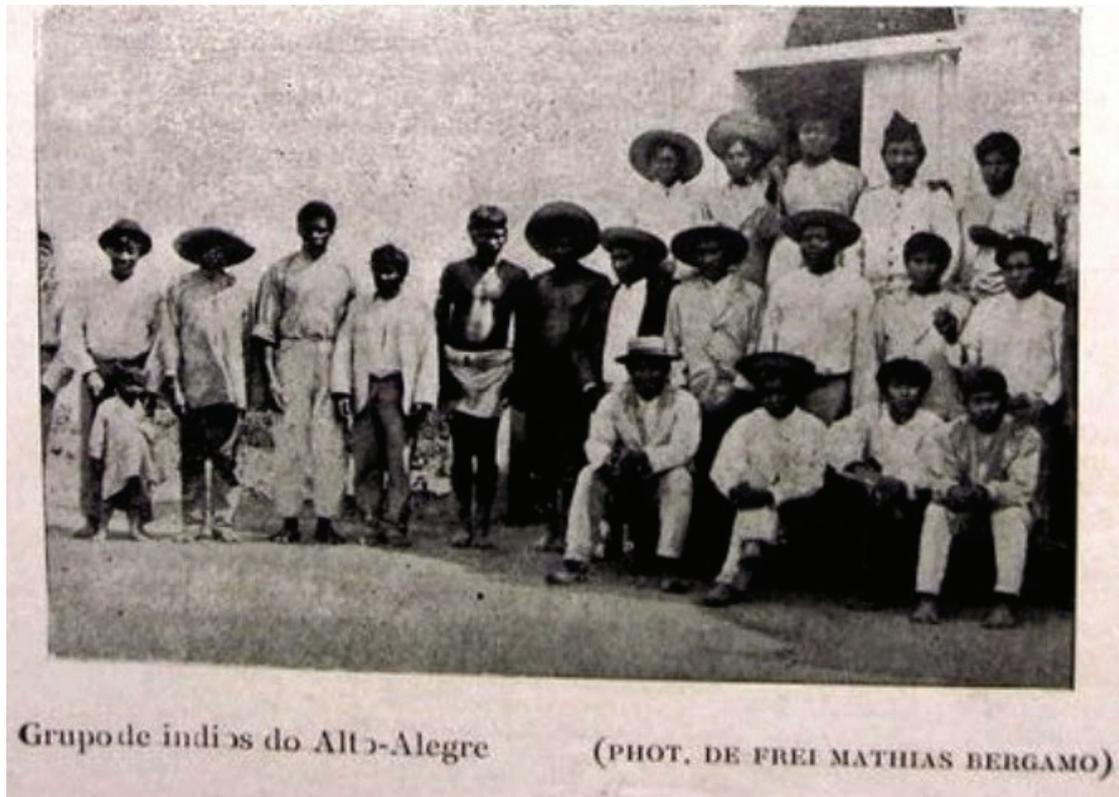


Figura 5. Indígenas Guajajara evangelizados e vestidos, pouco antes do conflito de 1901.
Fonte: Igreja Católica. Foto: Frei Mathias Bergamo.

A aldeia aparece como um lugar seguro e tranquilo, salvo das implicações da discriminação e racismo. Mesmo para os indígenas que optaram em morar nos centros urbanos, a aldeia é um refúgio livre para as práticas da cultura indígena: “Lá, posso fazer tudo que tenho saudades” (Dilamar Pompeu Guajajara, 2019), embora esse lugar de liberdade também tenha se modificado e a saudade simbolize o desejo de rememorar um passado de convivência comunitária. A afirmação também expressa o trânsito intercultural entre duas cosmovisões: aqui, centro urbano, tenho um comportamento diferente de lá, aldeia.

Com o perfil menos urbano que os indígenas Guajajara, os povos Canela também compartilham dessa divisão do mundo e a circulação em ambos. Guerra (2016, p. 105) exemplifica o interesse dos Canela Ramkokamekrá de conhecer os códigos legais dos brancos por necessidade de lutar pelos seus direitos: “Ensina o mehin [Canela] como kupen [branco] faz”.

Um relato em especial, do Sr. Zequinha Pompeu (2019), o morador Guajajara mais antigo de Barra do Corda, confirma como as ambivalências interculturais são subjetivadas nas memórias individuais e traumáticas. Questionado pela sua data de nascimento, categoricamente responde e reafirma várias vezes no decorrer de toda a entrevista: 13 de março de 1901(data do conflito do Alto Alegre).

3.4. Etnografia das Técnicas e a Identidade Miscigenada do Maranhense

É um projeto em andamento e apresenta as quatro orientações para uma pesquisa intercultural e interdisciplinar.

O enfoque técnico dos objetos materiais é um instrumento eficaz para abordar os comportamentos socioeconômicos e culturais dos grupos étnicos em situação de contato, como também se revela satisfatório para apreender as modalidades de evolução do próprio objeto material que por meio de sua permeabilidade flexível aparece entre etnias distintas, experimentando adaptações funcionais e por vezes, rearranjos na própria técnica de produção. Por essa perspectiva etnográfica é possível recuperar, pelos aspectos da dimensão sincrônica, a cadeia operatória dos objetos materiais; e pelos aspectos da dimensão diacrônica, a vulnerabilidade de readaptações, ressignificações, estagnações e até mesmo os desusos destes mesmos objetos. Portanto, procura-se, compreender os deslocamentos dos objetos materiais,



pelas brechas das fronteiras étnicas de matriz indígena, africana e europeia, no processo de construção miscigenada do maranhense (Borges, 2014b).

Como exemplo, três objetos materiais, típicos da cultura sertaneja que foram assimilados pelo povo Canela, a partir de suas referências técnicas e culturais: o facão, a espingarda e o papa-fogo ou “artifício”.

Em situação de caça, os Canela incorporaram as espingardas e os facões de ferro, mas não abandonaram o arco e a flecha e nem os outros objetos que faziam parte do enxoval do caçador, como as bolsas e cordas fabricadas de fibras vegetais (Figura 6).



Figura 6. Indígena Timbira, com os apetrechos para caça tradicional – bolsa e cesto para transportar a caça – e mais o facão e a espingarda. Fonte: ISA. Foto: Michel Pellanders, 1989.

O falcão, se adaptou em várias tarefas cotidianas: trabalhos na agricultura, construção de casas, fabricação de pontas flechas, limpeza das caças e na produção de objetos da cultura material, como as tradicionais cestas e esteiras de fibra vegetal (Figura 7).



Figura 7. 1 - Colhendo fibras; 2 - Esculpindo em madeira um animal silvestre – tatu; e 3 - Preparando uma ponta de flecha. Foto: Stefano Grimaldi, 2013.

A técnica do papa-fogo ou “artifício” já era conhecida pelos indígenas, muito embora não se utilizasse o metal e nem o chifre bovino para guardar o algodão ou a vegetação seca. Essa adaptação, proveniente da cultura sertaneja, era mais prática, dentre outras funções, de acender o fumo (Figura 8).



Figura 8. 1 - Indígena Canela acendendo o fumo com o papa fogo; 2 - Sertanejo do Piauí mostrando a técnica do papa fogo; 3 - Gestual técnico; 4 - O papa fogo por inteiro. Foto 1: Willian Crocker. Fotos 2, 3 e 4: Síria Borges, 2013

4. Considerações Finais - A Prática de Um Paradigma Social Intercultural

Por várias razões, a construção de um paradigma social para uma vida decente (Santos, 2001a) é convincente. No limite da afirmação está a indagação sobre a utilidade da produção do conhecimento científico e o envolvimento da academia com os problemas sociais da comunidade, questionando o modelo universalista e descontextualizado de parâmetros específicos das realidades locais. O chamamento, agora, é claro: a ciência acadêmica deve se conciliar com a verdade no plural e dialogar para além de seus pares; o objeto de pesquisa nas

humanidades, antes inanimado, conquistou o direito à vida e exige diálogo e construção conjunta do conhecimento, uma vez que o saber e o poder, antes monopolizados pela ciência, estão pulverizados nas comunidades, onde o pesquisador pretende realizar a investigação, se assim for aceita.

Os projetos que se enquadram nessas diretrizes atuam orientados pelas condições do presente e com vistas à transformação socioeconômica; e com o entendimento que a produção do conhecimento deve ser engajada na luta pela consolidação dos direitos. Para os indígenas, o cerne da questão está na inserção de sua identidade enquanto etnia minoritária ou em sua inserção na identidade nacional. E isso faz toda diferença, porque o reconhecimento recíproco e a solidariedade entre diferentes formas de ser-sentir-pensar-agir fortalecem o desenvolvimento da alteridade e salva vidas.

Nos anos 2000, os dados são alarmantes: 48 casos de assassinatos de indígenas do povo Guajajara (Conselho Indigenista Missionário [CIMI], 2020).

Referências

Alves, M. A. J. & Gewandsznajder, F. (2001). *Os métodos nas ciências naturais e sociais.*

Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira.

Borges, S. E. N. (2014a). Práticas culturais indígenas de contato no Piauí – Nordeste do

Brasil, séculos XVII ao XIX. Para uma etnoarqueologia do contato no Piauí. In

Albuquerque, M. L. & Borges, S. E. N. (Orgs.) *Identidades diversidade cultural: etnia e gênero* (pp. 89-98). Teresina, Brasil: Avant Garde Edições & Produções.

Borges, S. E. N. (2014b). Etnografia das técnicas e identidade miscigenada do sertanejo

nordestino – Povoado Fumal, Valença do Piauí-Brasil. In Albuquerque, M. L. &

Borges, S.E.N. (Orgs.) *Identidades diversidade cultural: etnia e gênero* (pp. 76-88).

Teresina, Brasil: Avant Garde Edições & Produções.



Caleffi, P. (1991, outubro). Pensando a pesquisa intercultural: aspectos metodológicos e desafios na prática. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 15. Obtido na <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/15-encontro-anual-da-anpocs/gt-15/gt01-7>.

Carneiro da Cunha. M. (1992). “Introdução a uma história indígena”. In Carneiro da Cunha, M. (Orgs.) *História dos índios no Brasil* (pp. 7-25). São Paulo: Companhia da Letras.

Certeau, M. A. (1998). *Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro, Brasil: Ed. Vozes.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Supe. Obtido na <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>.

Conselho Indigenista Missionário (2020). *Povo Guajajara resiste às invasões territoriais e registra 48 assassinatos em menos de 20 anos*. Brasil: Autor. Obtido na <https://cimi.org.br/2020/03/povo-guajajara-resiste-as-invasoes-territoriais-e-registra-48-assassinatos-em-menos-de-20-anos/>.

Dantas, S. D. (Org.) (2012). *Diálogos interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais*. São Paulo, Brasil: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Everton, C. E. P. (2016). “*Hoje e amanhã celebrai a História para encarnar-vos no povo*”: os embates de memória sobre o Conflito do Alto Alegre. (Dissertação de mestrado). Programa em Pós-graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís, MA, Brasil. Obtido na <http://www.ppghist.uma.br/wp->



<content/uploads/2016/12/DISSERTA%C3%87%C3%83O-Carlos-Eduardo-Ewerton.pdf>.

Fleuri, R. M. (2014). Interculturalidade, identidade e decolonialidade: desafios políticos e educacionais. *Série-Estudos*, 37, 89-106. doi: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i37.771>.

Guajajara, D. P. (2019). Entrevistado por S. E. N. Borges. *Documentário memórias do preconceito: Guajajara urbanos e a ausência da aplicabilidade das leis contra o racismo* [não publicado].

Guajajara, Z. P. (2019). Entrevistado por S. E. N. Borges. *Documentário memórias do preconceito: Guajajara urbanos e a ausência da aplicabilidade das leis contra o racismo* [não publicado].

Guerra, M. G. (2016). *Aukê e briga de papel: “ensina o mehin como kupen faz”*. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Halbwachs, M. (2013). *A memória coletiva*. São Paulo, Brasil: Centauro. Obtido na https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Amazônia Legal*: Autor. Obtida na <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>

Instituto Socioambiental (2020). *Programa povos indígenas no Brasil. Brasil*: Autor. Obtida na https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2020). *Amazônia maranhense*. São Paulo: Autor. Obtida na <http://www.inpe.br/busca.php?q=amazonia+maranhense>



Oliveira, A. L. R. (2011). *Messianismo Canela: entre o indigenismo de estado e as estratégias do desenvolvimento*. São Luís, Brasil: Editora da Universidade Federal do Maranhão.

Sahlins, M. (1997). O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). *Mana*, 3(1), 41-73. Obtido na <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000100002>.

Santos, B. S. (2010a). *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Portugal: Afrontamento.

Santos, B. S. (2010b). *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo, Uruguai: Trilce Extensión Universitaria.

Sarmiento, I. C. S. (2018). Memória, identidade e escolarização nos discursos e na experiência social Tentehar-Guajajara em Barra do Corda-MA. *Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI*, 7(2), 15-33. Obtido na <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/8523/5133>.

Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Walsh, C. (2012). Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. *Revista Visão Global*, 15(1-2), 61-74. Obtido na <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/index>.

